

Paralisação dos médicos e mestres perto do fim

As greves dos médicos e dos professores do Distrito Federal podem estar próximas do fim, com aceitação, pelos grevistas, da contraproposta do Governo, que dá às categorias uma reposição real de salário de 45,5 por cento até o final do ano.

Mas os alunos da rede particular de ensino podem ficar sem aulas se o sindicato patronal não firmar o acordo com a categoria, que está numa situação ainda pior do que a dos pro-

fessores da Fundação Educacional do Distrito Federal, com muitos deles ganhando metade de um salário mínimo.

Eles têm assembleia geral hoje, às 9h, na sede do Sindicato dos Professores, e podem marcar uma greve por tempo indeterminado para pressionar os patrões a assinarem o acordo salarial, cuja principal reivindicação é a definição de um piso para a categoria, que deverá aproximá-los

dos vencimentos dos professores da rede oficial.

Quanto a estes, que estão em greve desde o dia 17 de junho, espera-se uma definição sobre a continuidade ou não do movimento para a próxima terça-feira. Os professores farão assembleias nas regionais amanhã para analisar a proposta do Governo do Distrito Federal, e na terça-feira, às 14h, dão a resposta final ao Governador, em assembleia geral marcada para o Ginásio de Esportes.

Grevistas analisam proposta

O conselho geral de greve dos médicos da Fundação Hospitalar do Distrito Federal esteve reunido ontem com a diretoria do sindicato para analisar a contraproposta do Governo e fazer um estudo do que ela representa em termos salariais para a categoria.

Este estudo deverá ser apresentado em assembleia geral, que será realizada até meados desta semana, segundo informou a presidenta do Sindicato dos Médicos, Maria José da Conceição. Ela disse que a reposição salarial proposta pelo Governo, se fosse aplicada de uma só vez, representaria um ganho real para a categoria, mas de forma parcelada será diluída pelo custo de vida, o que traz insatisfações.

"Mas não devemos analisar o nosso movimento apenas pelo lado econômico. Temos que pesar o que ele representa para a população, que está sendo prejudicada, e o desgaste que uma greve muito demorada pode trazer à própria categoria. São estas considerações que pretendemos discutir em assembleia, junto com a tabela de vencimentos que passaremos a ter se aceitarmos a proposta do Governo (15% em julho, 10% em outubro e 15% em dezembro, com novo aumento de 100% do INPC em se-

tembro).
VIGILANTES

Os vigilantes, porteiros e garagistas do Distrito Federal, que também estão em greve desde o dia 18, reuniram-se ontem à tarde com o secretário de Trabalho, Chagas Rodrigues, para reivindicar, mais uma vez, a contratação direta pelos órgãos públicos.

Eles são sublocados por 60 empresas em Brasília e 10 nas cidades-Satélites, segundo o presidente do sindicato que os representa, Francisco Domingos dos Santos, e vivem em "regime de escravidão": trabalham 12 horas por dia, não recebem extra, não têm horário de almoço e ainda ganham pouco, enquanto as empresas que os sublocam recebem o dobro pela mão-de-obra.

As empresas sublocadoras recolhem o FGTS e o INPS e não depositam, desrespeitando a legislação trabalhista sob todos os aspectos. O secretário do Trabalho prometeu exigir dessas empresas o cumprimento da lei.

Os vigilantes esperam que esse acordo seja formulado oficialmente amanhã, quando então voltarão ao trabalho. Se isso não ocorrer, continuarão em greve e permanecerão lutando para que o Governo dê o exemplo e comece a fazer contratações diretas de pessoal de segurança e limpeza.

Um dos diretores do Sindicato, Jomar Alves Moreno, informou ontem que a diretoria esteve reunida com o comando de greve para analisar a contraproposta governamental, concluindo que ela atende um pouco aos objetivos salariais da categoria, embora questões importantes, como o triênio de 5 por cento, a definição de um piso salarial entre três e cinco salários mínimos, e 15 por cento de produtividade, não estivessem contempladas na contraproposta. Por isso, a decisão da assembleia é imprevisível.

Ontem, o **CORREIO** errou quando atribuiu ao professor Fábio Bruno uma frase do chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, José Hugo Castelo Branco e que é a seguinte: "O Governo fez a proposta; cabe aos grevistas aceitarem".

SEGURANÇA

Informados de que a presidenta do Sindicato dos Médicos Maria José, sofrera ameaças anônimas de morte a ela e à sua família, os vigias, porteiros e garagistas, reunidos em assembleia decidiram colocar três vigias protegendo sua residência.

Durante a assembleia, o presidente do Sindicato dos Vigilantes, Francisco Domingues, informou que foram feitos os primeiros contatos com os donos das empresas de segurança.